

## Experiência Profissional:

2014-2016 — Chefe de Divisão — Divisão de Planeamento e Finanças do Departamento Financeiro e de Recursos Gerais da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

De 2002-2014 — Inspetora na Inspeção-Geral de Finanças do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

De 1998-2001 — Supervisora em empresa na área da restauração

## Formação Profissional:

Frequentou diversas ações de formação nas áreas de auditoria, POCP, contratação pública, gestão por objetivos e informática.

209656346

**Despacho n.º 8203/2016**

Atendendo ao atraso no início do procedimento de nomeação de novo Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura e pretendendo assegurar a continuidade das tarefas e projetos em curso, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino que a Exma. Sra. Dra. Maria Angelina Araújo de Moraes Castro seja nomeada, em regime de substituição, com efeitos a 1 de julho de 2016, no cargo de Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura.

1 de junho de 2016. — O Juiz Secretário do CSM, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

## ANEXO

**Síntese Curricular**

Nome: Maria Angelina Araújo de Moraes Castro

Data de Nascimento: 15 de fevereiro de 1973

Naturalidade: Mirandela

Quadro de origem: Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Habilitações Académicas:

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública no Instituto Nacional de Administração, I. P.

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

## Experiência Profissional:

Desde 2013 — Exerce funções de Dirigente Intermédio de 1.º grau no Departamento Financeiro e de Recursos Gerais (DFIN), na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., responsável pelas áreas de planeamento e finanças, recursos humanos, formação, expediente e documentação, aquisições, logística e património.

De 2011-2013 — Assessora/especialista no Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território do XIX Governo Constitucional, nas áreas de orçamento e finanças.

De 2009-2011 — Técnica Superior na Direção de Serviços de Administração — Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial da Direção-Geral de Veterinária, nas áreas de gestão orçamental, patrimonial e da contratação pública.

De 2007-2009 — Técnica Superior na Unidade de Política Económica — Divisão de Mercados e Serviços do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, na área dos mercados e serviços financeiros.

De 2001-2007 — Técnica Superior do Gabinete de Planeamento e Controlo da Secretária-geral do Ministério da Cultura, nas áreas de planeamento e controlo.

De 2000-2001 — Técnica Superior na Divisão de Contabilidade e Finanças do Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL), na área financeira.

De 1999-2000 — Estágio na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, onde desempenhou várias funções na área financeira.

## Formação Profissional:

Frequentou diversas ações de formação e seminários nas áreas de SNC-AP, POCP, Código dos Contratos Públicos, SIADAP, CPA, Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, Balanced Scorecard, Gestão da Qualidade, Planos e Relatórios de Atividades, Gestão e Controlo de Projetos, Auditoria Contabilista e Financeira, Contabilidade Pública e informática.

## Outros Elementos:

Nomeada pelo Despacho n.º 21/G/2010, de 10 de maio da Diretora-Geral de Veterinária para o Grupo de Trabalho do “Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas”.

Integrou como Presidente e Vogal vários procedimentos concursais para recrutamento de pessoal dirigente, técnico superior e assistente técnico, bem como foi nomeada membro de júri para diversos procedimentos de aquisições de bens e serviços.

Autora do artigo “O processo de Lamfalussy” publicado em dezembro de 2008, disponível no *site* do Ministério das Finanças.

209659643

**Despacho n.º 8204/2016**

Por proposta do Plenário, na sua Sessão de 14 de junho de 2016, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 9 do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, nomeio como Adjunta do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, a Juíza de Direito Dr.ª Eugénia Maria Balreira Guerra, colocada no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Instância Central de Sintra, 1.ª Secção de Trabalho, Juiz 2, em acumulação com estas funções, com redução do serviço de 75 %.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Publique-se e comunique à Exma. Nomeada, ao Tribunal da Relação de Lisboa e à Exma. Juíza Presidente da Comarca de Lisboa Oeste.

14 de junho de 2016. — O Presidente do Conselho Superior da Magistratura, *António Silva Henriques Gaspar*, Juiz Conselheiro.

209660355

**Despacho n.º 8205/2016**

Por proposta do Plenário, na sua Sessão de 14 de junho de 2016, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 9 do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, nomeio como Adjunto do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, o Juiz de Direito Dr. Paulo Nuno Miranda Almeida Cunha, colocado no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Instância Central de Sintra, 1.ª Secção Criminal, Juiz 5, em acumulação com estas funções, dispensado do exercício de funções como adjunto nos julgamentos em tribunal coletivo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2016, inclusive.

Publique-se e comunique ao Exmo. Nomeado, ao Tribunal da Relação de Lisboa e à Exma. Juíza Presidente da Comarca de Lisboa Oeste.

14 de junho de 2016. — O Presidente do Conselho Superior da Magistratura, *António Silva Henriques Gaspar*, Juiz Conselheiro.

209660396

**PARTE E****ORDEM DOS ADVOGADOS****Edital n.º 524/2016**

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados. Faz saber que por acórdão proferido em Audiência Pública do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados de vinte

e seis de junho de dois mil e doze, ratificado por acórdão do Conselho Superior de dezasseis de abril de dois mil e quinze, nos processos disciplinares n.º 806/2005-L/D; 405/2006-L/D; 599/2007-L/D; /813/2007-L/D; 852/2007-L/D; 1711/2008-L/D; 143/2009-L/D; 676/2009-L/D; 956/2009-L/D; 1226/2009-L/D; 1227/2009-L/D e 463/2010-L/D apensos ao processo n.º 593/2005-L/D — 1.ª Secção, com trânsito em julgado, foram condenados, a Sra. Dra. Maria Alice Moreira Carolino Ferreira, que usa profis-